



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR BIBIANO**

**PROJETO DE LEI Nº109/2014**

**“DISPÕE** sobre o Processo Seletivo para Gestores das Escolas do Ensino Público do Município de Manaus”.

**Art. 1º.** O ingresso ao cargo de gestores das escolas públicas municipais na cidade de Manaus far-se-á por Processo Seletivo mediante critérios de competência, doravante denominado PROSEG.

**Parágrafo único.** A inscrição para o PROSEG, de que trata esta lei, deverá ser amplamente divulgada no âmbito das Escolas Públicas municipais da cidade de Manaus.

**Art. 2º.** O Poder Executivo Municipal regulamentará as normas, procedimentos, e demais ações necessárias à aplicação desta Lei.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, em 14 de abril de 2014.

**PROFESSOR BIBIANO**  
**Vereador – PT**



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR BIBIANO**

**JUSTIFICATIVA**

**Da Legalidade e juridicidade da Proposição**

Preliminarmente, cabe destacar que na esteira da análise de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, a Propositura vem ao encontro dessas exigências, porque seu objeto está contido na competência concorrente dos entes federados, conforme preceitua a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:*

(...)

IX – **educação**, cultura, ensino e desporto.

Outrossim, estabelece a Constituição Federal em seu art. 30, inciso I, *in verbis*:

*Art. 30 compete aos Municípios:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

Referida norma constitucional foi reproduzida na Lei Orgânica do Município de Manaus, em seu art. 8º, inciso I, que dispõe:

*Art. 8º compete ao Município:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

Dessa forma, não se pode falar em vício de iniciativa na competência prevista no art. 59, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus, uma vez que o **projeto não adentra na organização administrativa, bem como não cria obrigação para secretaria de educação, pois a posterior regulamentação pelo Poder Executivo é que será responsável pela efetividade da Lei, em respeito à competência.**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR BIBIANO**

Assim, inexistente vício de iniciativa a macular a Proposição, visto que a competência do Chefe do Poder Executivo para disciplinar a matéria está sendo devidamente preservada.

No tocante ao assunto, o Ministro **DIAS TOFFOLI** na relatoria do Agravamento regimental no recurso extraordinário n. 290.549, Rio de Janeiro, **julgamento em 28-2-2012**, Primeira Turma, DJE de 29-3-2012, que versa sobre Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado “rua da saúde”, entendeu em sua decisão inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem, senão vejamos:

(...)

*Há de se convir, entretanto, que, nesses três primeiros artigos, a Lei Municipal nº 2621/98, de modo algum detalhou a executoriedade de sua realização, claramente deferida para a atividade regulamentatória.*

(...)

*Verifica-se que o acórdão impugnado afastou a alegada inconstitucionalidade dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei municipal nº 2.621/98 com base em uma interpretação sistemática desses dispositivos, (...). Afirmou ainda que o que ocorreu foi a previsão de um programa social, cuja execução depende de regulamentação a ser, ao seu tempo, implementada. (grifo nosso)*

(...)

*A leitura das normas desse diploma legal, apontadas como representativas dessa violação, a tanto não autorizam, na medida em que a criação do programa instituído por meio dessa lei apenas tinha por objetivo fomentar a prática de esportes em vias e logradouros públicos, tendo ficado expressamente consignado nesse texto legal que “a implantação, coordenação e acompanhamento do programa ficará a cargo do órgão competente do Poder Executivo” (...)*

Portanto, constata-se que a presente proposição não invade a esfera de competência privativa do Prefeito Municipal, tendo em vista que a regulamentação para o ingresso ao cargo de gestores ficará a cargo do Chefe do Poder Executivo.

Mister se faz também trazer a baila, o entendimento do Ministro Eros Grau na relatoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.394-8 proposta pelo Governo do



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR BIBIANO**

Estado do Amazonas, que trata do teste de paternidade e maternidade para atender a interesses de pessoas reconhecidamente carentes, o Ministro sustenta em seu voto que:

**“Afasto, dede logo, a alegada inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que, ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Também não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposta pelo Chefe do Executivo”. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesas para o Estado-membro, **em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade.**”**

### **Fundamentação Legal**

A proposta do PROSEG está fundamentada nos incisos VI e VII do artigo 206 da Constituição Federal, no artigo 3º da LDB (nº 9394/96) que dispõem sobre a garantia do padrão de qualidade e da gestão democrática do ensino público, e na META 19 no Plano Nacional de Educação que garante, mediante lei específica aprovada no âmbito dos estados, do Distrito federal e dos municípios, a nomeação comissionada de diretores de escolas vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, e ainda o Art. 346 da Lei Orgânica do Município de Manaus, contempla no Inciso IV eleições para os cargos de direção e deliberação dos estabelecimentos de ensino.

### **Conceito**

PROSEG é um processo seletivo interno para escolha de gestores, baseado no projeto do Prof. Dr. Sérgio Freire, que criou no município de Manaus o PROSED. A seleção baseia-se em critérios técnico-acadêmicos e avaliação participativa da comunidade escolar para um mandato de dois anos.

A forma de escolha de gestores escolares talvez seja o tema que mais tem motivado estudiosos e pesquisadores na produção de reflexões teórico-conceituais e de investigação empírica sobre a gestão democrática da educação. Ainda segundo o professor Sérgio Freire, no sistema do ensino brasileiro, as escolas públicas tiveram tradicionalmente o provimento do cargo de diretor efetivado por nomeação do governador ou do prefeito, em



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR BIBIANO**

geral a partir de indicações feitas pelos titulares das Secretarias de Educação ou das lideranças político-partidárias das respectivas regiões. O grau de interferência política no ambiente escolar que esse procedimento enseja permitiu que o clientelismo político tivesse na escola, um campo fértil para seu crescimento. A indicação como mecanismo de escolha do diretor não pode, por esses motivos, ser compreendida como democratizadora nem como propiciadora de modernização administrativa e burocrática.

A crítica ao processo de indicação política de gestores escolares ensejou a busca de mecanismos alternativos como o processo seletivo e as eleições diretas.

### **Histórico**

A primeira experiência de realização do PROSEG ocorreu em Manaus no ano de 2005, na administração do Professor Cirino Dantas e Sérgio Freire em processo similar denominado PROSED. O cronograma então estabelecido previa as seguintes fases e datas: inscrições de 18 a 29 de abril; realização da prova objetiva: em 15 de maio; resultado da prova objetiva em 20 de maio; recebimento de título dos aprovados de 23 de maio a 03 de junho; resultado final: em 10 de junho; convocação dos aprovados de 13 a 24 de junho. Dos 911 candidatos inscritos foram aprovados 649. (Dados coletados na Gerência de Administração (GAE) da SEMED/Manaus).

### **O Município de Manaus**

O Município de Manaus, segundo a Secretaria Municipal de Educação, em dados disponibilizados no Portal da SEMED, possui atualmente 496 unidades de ensino, sendo 409 (quatrocentos e nove) unidades na Zona Urbana e 86 (oitenta e seis) unidades na Zona Rural nas modalidades Escolas, CMEI's e seus anexos e 01 (uma) unidade tipo Creche na Zona Urbana, atendendo cerca de 239.000 (duzentos e trinta e nove mil) alunos e milhares de servidores nas áreas docentes, administrativa e técnica, aptos a participarem da nova metodologia para seleção e avaliação dos novos gestores das Escolas Municipais, observado o critério de que alunos menores de 16 anos de idade, participam desse processo seletivo representados pelos pais ou responsáveis.

Por essas razões, tomamos a iniciativa de ingressar com o presente Projeto de Lei, esperando contar com apoio dos Nobres Pares para sua tramitação e aprovação.

Plenário Adriano Jorge, em 14 de abril de 2014.

**PROFESSOR BIBIANO**  
**Vereador – PT**

---

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo – Cep: 69027-020 – Manaus  
Gabinete nº 09 Fone: 3303-2872 – E-mail: professor.bibiano@cmm.am.br